

LEITURAS

Novas *Páginas* para folhear com prazer

Páginas a&b (2011). Série 2, n.º 7



O mais recente número das *Páginas a&b* formaliza uma vocação científica patente desde o início da publicação da revista, ao constituir um Conselho Científico e anunciar o início de revisão por pares, tornando mais apetecível a publicação de artigos e maior o seu impacto, e reafirma a sua já habitual índole internacional ao apresentar dois trabalhos de autores estrangeiros (Rússia e Brasil) e um de colaboração entre uma autora portuguesa e outra brasileira. Não obstante um percurso marcado, desde o princípio, pelo rigor, pela qualidade e pela atualidade, que granjearam o respeito e a atenção de profissionais e investigadores, a diretora, Maria Luísa Cabral, chama a atenção, no Editorial, para o perigo eminente (e sempre presente, não é de hoje), de as *Páginas* acabarem caso não se amplie o número de assinantes, único sustentáculo financeiro da revista. Num país onde o panorama da edição na área da Ciência da Informação é paupérrimo e o número de publicações periódicas especializadas se reduz a duas (os *Cadernos BAD*, onde escrevemos, e as *Páginas a&b*, que recensamos), esta situação é também reveladora de alguma falta de interesse dos profissionais e das próprias instituições da área que é urgente combater.

Aproveita-se este espaço para recordar que, hoje em dia, o fim de uma revista impressa sem intuídos lucrativos já não significa o fim da possibilidade da sua publicação. As plataformas e softwares livres para a edição de revistas, como o *Open Journal Systems*, do Public

*Knowledge Project*¹, a que se liga a proteção dos direitos de autor das obras em acesso livre através das licenças *Creative Commons*² permitem continuar a editar livremente – é verdade que assim se perde o suporte impresso, mas ao mesmo tempo ganha-se o acesso universal: vantagens e desvantagens a ponderar pelos responsáveis da revista, caso se continue a verificar o aperto financeiro denunciado pela sua diretora.

Este número das *Páginas*, de temática variada, como vem sendo hábito, cobre uma série de assuntos interessantes e de leitura apetecível. Começa logo pelo primeiro artigo (pp. 7-32), no qual Ekaterina V. Gerasimova nos transporta até à Rússia de Catarina, a Grande, e à reconstrução virtual das bibliotecas de Diderot e Voltaire, a partir das quais a czarina construiu a sua biblioteca particular. Doutora em História com uma tese sobre *O Grão Duque Vladimir Alexandrovich: um homem de Estado, investigador e bibliófilo (1847-1909)*, Ekaterina Gerasimova trabalhou durante 20 anos na Biblioteca Nacional da Rússia, tendo-se especializado nas coleções da família imperial russa. Em 2010, obteve uma bolsa *fullbright* que lhe permitiu estudar, na Biblioteca Pública de Nova Iorque e, sobretudo, na Biblioteca do Congresso e na Universidade de Harvard, as coleções reunidas a partir das bibliotecas particulares dos imperadores russos, parte substancial das quais foi vendida e dispersa na sequência da revolução soviética de 1917. O trabalho

de E. Gerasimova e a sua pesquisa no rasto das coleções na diáspora permitiu-lhe desenvolver um método de reconstrução digital das bibliotecas imperiais, nomeadamente das bibliotecas de Voltaire e Diderot, cujo destino foi assaz diferente: enquanto a biblioteca de Voltaire manteve a sua integridade, malgrado algumas mudanças de localização, a aparente inclusão (quando?) de uma lista de livros não pertencentes à biblioteca original (incluindo obras oriundas da biblioteca de Diderot) e a adulteração da organização primeva, a de Diderot não obteve os mesmos favores dos sucessores de Catarina, e pouco depois de, na sequência da morte do filósofo, ter chegado à capital russa, parece ter-se “dispersado”, segundo lacónicas fontes da época. É a partir deste destino de dispersão e diáspora das valiosíssimas – para a própria história da Humanidade, entenda-se – coleções imperiais russas que a autora trabalha, demonstrando neste artigo o método através do qual a digitalização permite a sua reconstrução e a resposta às mais variadas dúvidas quanto à sua constituição e organização originais, provocadas pelos caminhos tortuosos da história do poder na Rússia, do século XVIII até à atualidade. O texto conclui-se com belas reproduções de obras das bibliotecas imperiais, onde se destacam as encadernações vermelhas dos livros pessoais de Catarina, sendo aliás a encadernação um dos métodos tradicionais, juntamente com as anotações de inventário, entre outros, mas que a autora não considera suficientes, usados

1 Disponível em <http://pkp.sfu.ca/?q=ojs>

2 Disponível em <http://creativecommons.pt/>

para a reconstrução das várias bibliotecas. Mais informação sobre o trabalho desta bibliotecária e investigadora desta pode ser encontrada em <http://ekagerasimova.com>.

No artigo seguinte (pp. 33-56), Lúcia Miranda Corrêa, professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil) aborda os *Usos e usuários imediatos e mediatos de sistemas de informação de arquivo*. Partindo de uma revisão da literatura centrada na primeira década do século XXI e no contexto brasileiro, e assumindo como eixo conceptual as teses defendidas na obra de Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real (1999) sobre a *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* (Afrontamento), e no artigo que Fernanda Ribeiro publicou em 2005 sobre os *Novos caminhos da avaliação de informação* (disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9821.PDF>), a autora procura compreender “a importância dos estudos de utilizadores de informação orgânica” para esclarecer “a finalidade do uso e dos utilizadores imediatos ou mediatos de Sistemas de Informação de Arquivos” (p. 33). Nesse sentido, o artigo debruça-se sobre as diferenças entre as correntes da arquivística custodial e pós-custodial, questionando a “teoria das três idades”, defendida pela corrente custodista, que a autora considera desfazer “o aspeto sistémico naturalmente presente nos registros documentais (...), principal razão de ser da informação orgânica de interesse primário e/ou de interesse secundário para usuários imediatos ou mediatos de um Sistema de Informação de Arquivo” (p. 53). Com este trabalho estamos perante mais um contributo, alicerçado numa aturada revisão da literatura e análise da legislação brasileira mais recente,

para o debate sobre o paradigma pós-custodial e a pertinência de uma nova forma de trabalhar a Arquivística, no sentido de melhor refletir a orgânica dos documentos e, assim, melhor e mais eficazmente satisfazer os utilizadores. O desbaste é uma prática do campo da gestão de coleções que nenhum bibliotecário gosta de aplicar. De acordo com o estudo apresentado por Carlos Manuel Faísca, da Biblioteca da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre, sobre *O desbaste nas bibliotecas de ensino superior portuguesas* (pp. 57-70), trata-se mesmo de uma prática que as bibliotecas de ensino superior portuguesas não utilizam por hábito, muito embora se note uma tendência muito recente para a sua adoção. O autor apresenta-nos os resultados de um estudo efetuado em 2011, através de um questionário enviado a 127 bibliotecas do ensino superior nacionais, mas ao qual apenas 25 responderam – apesar de o número reduzido de respostas não permitir generalizações, este trabalho é pioneiro ao abordar uma matéria que parece quase tabu na biblioteconomia portuguesa, e constituiu-se como um contributo válido para o início de um retrato sobre a gestão de coleções nas nossas bibliotecas académicas. Realce-se ainda a relação que o autor estabelece entre a política de desbaste e a política de doações, que condiciona aquela ao permitir a inclusão, com alguma frequência, de obras redundantes ou sem interesse nem valor às coleções das bibliotecas, resultando num esforço que requer maior investimento em tratamento documental e acondicionamento, do que o próprio valor das obras ofertadas. Batendo-se contra o improvisado e a arbitrariedade dos processos de eliminação, Carlos Manuel Faísca proporciona-nos com este artigo uma estimulante abordagem e uma chamada de

atenção para os responsáveis das bibliotecas do ensino superior, no âmbito das suas responsabilidades de planificação e decisão.

O quarto artigo de fundo deste número das *Páginas* resulta de uma colaboração que liga as duas margens do Atlântico através de um estudo sobre os *Mapas conceituais em pesquisa sobre representação da informação* (pp. 73-89). Dulce Amélia Neves (Universidade Federal da Paraíba, Brasil) e Fernanda Martins (Universidade do Porto) apresentam os resultados preliminares de uma investigação em curso que pretende “*elaborar um mapa cognitivo da atividade de análise de assunto durante o processo de indexação*” (p. 73). Discorrendo sobre os processos cognitivos e metacognitivos que envolvem o acesso e o uso da informação, as autoras defendem o uso de mapas conceituais no campo da Ciência da Informação, e concretamente no processo de indexação, considerando que a concretização de um mapeamento contribuiria para tornar claros os processos através dos quais o indexador identifica os assuntos e elabora os conceitos a fim de proceder à representação da informação. Trata-se, na verdade, de procurar tornar explícito o implícito, facilitando o árduo e complexo labor da indexação, e permitindo o estabelecimento de uma melhor relação com o utilizador. O artigo debruça-se ainda sobre o conceito de mapas cognitivos e o processo da determinação de assuntos e representação temática da informação, apresentando a abordagem metodológica que as autoras se propõem adotar para a concretização da investigação. Este número das *Páginas a&b* conclui-se com três rubricas especiais: em *a&b em aberto* (pp. 91-109), com um texto

intitulado *Notas para uma biblioteca musical*, Sónia Passos, bibliotecária da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo do Instituto Politécnico do Porto (ESMAE), aborda um tema também pouco comum no campo da biblioteconomia em Portugal: o tratamento das bibliotecas de música, cujos acervos variados, de domínio altamente especializado, se configuram como um desafio de particular exigência para os bibliotecários – nomeadamente por serem constituídos por uma multiplicidade de suportes, e por documentos que congregam em si uma grande variedade de informação que é necessário transformar em pontos de acesso e cuja classificação se reveste de elevada complexidade. Caracterizando a biblioteca de música da ESMAE e a situação portuguesa em termos deste tipo de equipamentos, bem como da formação e apoio que podem esperar receber os profissionais da área, que considera “*o parente pobre na gestão documental*” (p. 94), Sónia Passos deixa-nos com este trabalho um valioso contributo para o tratamento e a organização de bibliotecas de música, ao apresentar os critérios utilizados para a organização e classificação da biblioteca em apreço.

A rubrica *Debate & Crítica* (pp. 111-120) é constituída pela recensão que Henrique Barreto Nunes elaborou para o recente livro de Daniel Melo sobre *A leitura pública na 1.ª República* (2010). Trata-se de uma leitura atenta e crítica de um especialista da área, que ilumina e desperta a vontade de conhecer a obra, trazendo para o debate os seus aspetos mais inovadores, num resumo marcado também pelo olhar próprio do recenseador.

Finalmente, em *Ler muito prazer* (pp.121-122), a colaboração já habitual de Levi Malho, professor

da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, presenteia-nos com um texto literário sobre a poética do vento, cuja leitura nos faz deambular, como que levados pelo vento, entre o cinema de Antonioni, as figuras de Botticelli, uma das poses mais célebres de Marilyn Monroe, ou a praia de A-Ver-O-Mar de Luísa Dacosta... Não digo como termina, mas ajuda-nos a rematar esta recensão que já vai longa: veio o vento e fechou as páginas da revista, que espera agora voltar a ser aberta por cada um dos leitores destes *Cadernos*.

MANUELA BARRETO NUNES